

# INFORMATIVO DE PRECEDENTES E JURISPRUDÊNCIA

eventos relacionados ao julgamento de casos repetitivos e destacar ementas recentes, inéditas, peculiares e/ou importantes deste Regional, não consistindo em repositório oficial de jurisprudência.

Este periódico tem por objetivos divulgar os

NÚMERO 243 | GOIÂNIA, GOIÁS | 11 DE NOVEMBRO DE 2024

Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.



trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa Situação: trânsito em julgado do acórdão

Tese firmada: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do

Nos termos do Ofício Circular TST.GVP.NUGEP nº 001/2024 o e. STF consignou que: "os valores que tenham sido recebidos de boa-fé pelos trabalhadores não deverão

ser restituídos, ficando prejudicada a discussão relativamente à possibilidade de ajuizamento de ação rescisória, tendo em vista já haver transcorrido o prazo para propositura, cujo termo inicial foi o trânsito em julgado da ADPF 324". (RE 958252, Relator: LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30-08-2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-199 DIVULG 12-09-2019 PUBLIC

em relação à competência da Justiça do Trabalho e à prescrição incidente sobre as parcelas de natureza trabalhista. Situação: Tema afetado. Aguardando julgamento (sem determinação de suspensão)

promovidas na Lei nº 11.101/2005, pela Lei nº 14.112/2020 (artigos 6º, I, II e III, 6º-C e 82-A)?

(IncJulgRREmbRep - 20958-64.2019.5.04.0661, Tribunal Pleno, Relatora: Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, aguardando julgamento)

### Situação: Tema afetado. Aguardando distribuição.

Descrição do Tema: 1.Qual a extensão e os efeitos da legitimidade ativa das entidades sindicais para postularem, em nome próprio, direitos

Situação: Tema afetado. Aguardando distribuição.

Descrição do Tema: 1. Fixar tese vinculante sobre a validade da norma coletiva que prevê a possibilidade de compensação do valor recebido a título de gratificação de função com o valor correspondente às horas extras reconhecidas em juízo em virtude do afastamento do exercício da função de confiança prevista no § 2º do art. 224 da CLT; 2. Definir se a compensação prevista na Cláusula 11, § 1º, da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020 limita-se às parcelas atinentes ao período de vigência da norma coletiva, ou se abrange a totalidade do período objeto das ações ajuizadas durante sua vigência.

**EMENTÁRIO SELECIONADO** 

### BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR. DISTINGUISHING (ART. 489, §1°, VI, DO CPC).

normativos e, referida cláusula, estabelece que sua aplicabilidade depende da condição de contribuintes e que a falta de participação contribuitiva acarretará renúncia tácita dos supostos



MAJORAÇÃO. FASE RECURSAL.

econômica dos destinatários do direito.

benefícios (cláusula 45ª). Depreende-se, pois, que como a reclamada não está contribuindo, tal fato implicou renúncia tácita ao benefício social familiar, o que faz sentido quando a empresa comprova que tem apólice de seguro a qual abarca todos os objetivos sociais previstos na convenção coletiva. Constata-se particularidade fática que gera afastamento da aplicação do Tema 24 deste Eg. Tribunal - distinguishing (art. 489, §1°, VI, do CPC), aplicando-se ao caso o discriminado na cláusula quadragésima quinta da convenção coletiva, em observância do Tema 1046 do STF. NEGO PROVIMENTO. (ROT-0010907-44.2024.5.18.0009, Redatora Designada: Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque, 2ª Turma, Publicado o acórdão em 31/10/2024) "PLANO "SAÚDE CAIXA". REGULADO POR NORMATIVO INTERNO E PREVISTO EM ACORDO COLETIVO.

No caso, há uma cláusula na norma coletiva que fala sobre a aplicabilidade dos dispositivos

AUTOGESTÃO EMPRESARIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

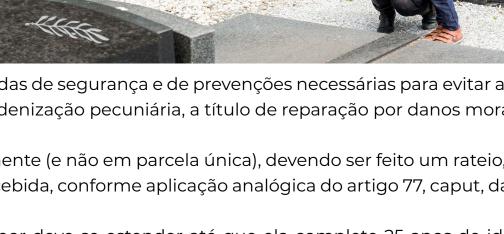
## com o Tema IAC 5 do STJ: "Compete à Justiça comum julgar as demandas relativas a plano de saúde de autogestão empresarial, exceto quando o benefício for regulado em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo, hipótese em que a competência será da Justiça do Trabalho, ainda

que figure como parte trabalhador aposentado ou dependente do trabalhador". (TRT da 18ª Região; Processo: 0010275-15.2021.5.18.0141; Data de assinatura: 08-10-2021; Órgão Julgador: Gab. Des. Iara Teixeira Rios - 1ª TURMA; Relator(a): IARA TEIXEIRA RIOS) (ROT-0010872-72.2024.5.18.0013, Relator: Desembargador Welington Luis Peixoto, 1ª Turma, Publicado o acórdão em 21/10/2024) PRESCRIÇÃO CIVIL. HERDEIRO MENOR. DIREITO PRÓPRIO. ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. PENSIONAMENTO. LIMITE DE 25 ANOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

CC, não corre a prescrição. Dessa forma, o prazo prescricional somente começou a fluir a partir da data em que a autora completou 16 anos (em 02/12/2021). E, segundo a jurisprudência consolidada do TST, no caso em que os herdeiros ajuízam ação em nome próprio postulando direito próprio, como no caso, a prescrição aplicável

ajuizada em 25/08/2023, ou seja, dentro do prazo de 3 anos contados da data em que a autora completou 16 anos (02/12/2021). 2. Nos termos do artigo 932, inciso III, do Código Civil, o empregador é responsável pelo acidente do trabalho que vitimou o seu empregado, quando não adotou as medidas de segurança e de prevenções necessárias para evitar a sua ocorrência. Demonstrado que houve ação ou omissão patronal culposa, devida é a indenização pecuniária, a título de reparação por danos morais e materiais. 8.213/1991.

1. Contra o herdeiro menor absolutamente incapaz, nos termos do artigo 198, I, do



3. A indenização por dano material na modalidade de pensão deve ser paga mensalmente (e não em parcela única), devendo ser feito um rateio, em partes iguais, entre os dependentes do ex-empregado sobre 2/3 da remuneração percebida, conforme aplicação analógica do artigo 77, caput, da Lei 4. Nos termos da jurisprudência consolidada do TST, o pensionamento da filha menor deve se estender até que ela complete 25 anos de idade, conforme critério constante do artigo 948, inciso II, do Código Civil, segundo o qual a referida parcela deve observar o tempo provável de dependência

5. A majoração prevista no artigo 85, parágrafo 11, do CPC, somente tem aplicação na hipótese de desprovimento total do recurso ou de seu não conhecimento pelo Tribunal, incidindo em favor da parte contrária (STJ, Tema 1059). (ROT-0011083-32.2023.5.18.0082, Relator: Juiz Convocado Israel Brasil Adourian, 1ª Turma, Publicada o acórdão em 21/10/2024)

"EXECUTADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO TRABALHISTA PAGO NO JUÍZO UNIVERSAL EM ATENÇÃO AO ESTABELECIDO EM ACORDO APROVADO POR ASSEMBLEIA DE CREDORES. VALIDADE.

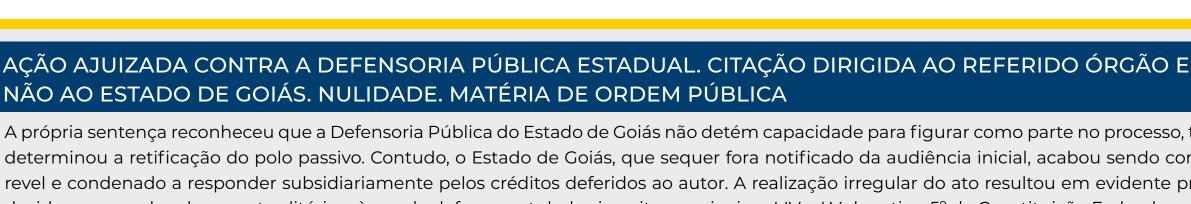
O acordo firmado no plano de recuperação judicial, devidamente cumprido, satisfaz a obrigação e inviabiliza o prosseguimento da execução, a qual

deverá ser extinta (art. 924, II, do CPC). Esta Justiça do Trabalho não tem competência para questionar as condições definidas no plano de recuperação judicial, desde a sua formação na ata assemblear até a forma de pagamento e cumprimento do plano". (TRT18, AP - 0086700-32.2009.5.18.0003, Rel. PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO, 2º TURMA, 30/08/2024) (AP-0010670-69.2013.5.18.0017, Relatora: Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque, 2ª Turma, Publicado o acórdão em 05/11/2024)

EMPREGADA DO COMÉRCIO. REPOUSO DOMINICAL. ART. 386 DA CLT.

a que se dá provimento, nesse ponto.

Turma, Publicado o acórdão em 31/10/2024)



A própria sentença reconheceu que a Defensoria Pública do Estado de Goiás não detém capacidade para figurar como parte no processo, tanto que determinou a retificação do polo passivo. Contudo, o Estado de Goiás, que sequer fora notificado da audiência inicial, acabou sendo considerado revel e condenado a responder subsidiariamente pelos créditos deferidos ao autor. A realização irregular do ato resultou em evidente prejuízo ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, postulados inscritos nos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.

O art. 386 da CLT, que está inserido no capítulo da proteção do trabalho da mulher e prevê a elaboração de escala de revezamento quinzenal do labor aos domingos, constitui norma especial em relação ao art. 6º da Lei 10.101/2000, aplicando-se às empregadas do comércio em geral. Precedentes da Eg. SBDI-I. Recurso da reclamante

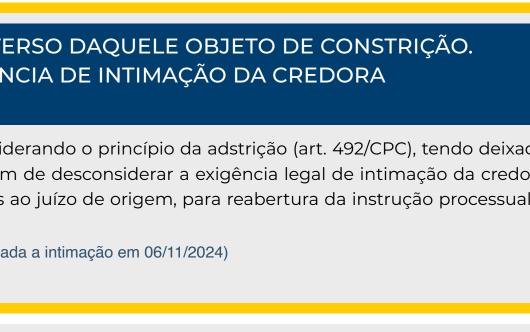
(ROT-0010354-21.2024.5.18.0001, Relator: Desembargador Platon Teixeira de Azevedo Filho, 2ª

DISPENSA DE EMPREGADO PCD. NÃO COMPROVAÇÃO DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 93, § 1°, DA LEI N° 8.213/91. DANOS MORAIS.

à indenização por danos morais. (ROT-0011237-54.2023.5.18.0016, Relator: Desembargador Welington Luis Peixoto, 1ª Turma, Publicado o acórdão em 21/10/2024) EMBARGOS DE TERCEIRO. SENTENÇA QUE ABORDA IMÓVEL DIVERSO DAQUELE OBJETO DE CONSTRIÇÃO. NEGATIVA DE OPORTUNIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA CREDORA FIDUCIÁRIA. Constatando-se que a r. decisão agravada afastou-se dos lindes da causa, desconsiderando o princípio da adstrição (art. 492/CPC), tendo deixado de oportunizar a produção de prova, sem apresentar fundamentos para tanto, além de desconsiderar a exigência legal de intimação da credora fiduciária, declara-se a nulidade do processo, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem, para reabertura da instrução processual e prosseguimento do feito, como entender de direito. (AP-0010115-63.2024.5.18.0018, Relator: Desembargador Marcelo Nogueira Pedra, 3ª Turma, Publicada a intimação em 06/11/2024)

O art. 93 da Lei 8.213/91 estabelece uma proteção indireta ao trabalhador com

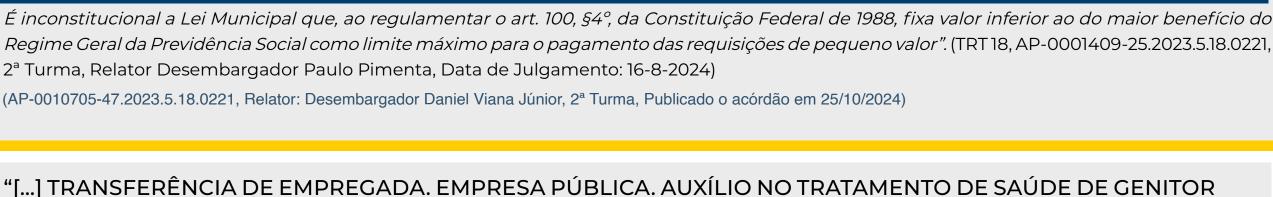
praticado pela empresa ré, o dano se configura in res ipsa, fazendo jus o empregado



DO EXERCÍCIO DE TAREFAS TÍPICAS DE ADVOGADO. Conforme visto no v. acórdão anterior, restou assentado o entendimento de que as

"RPV. LEI MUNICIPAL. MODIFICAÇÃO DO VALOR LIMITE. INCONSTITUCIONALIDADE

### no contencioso; (2) as atividades desempenhadas eram de cunho administrativo; (3) a procuração outorgada ao reclamante tinha finalidade de prática de atos junto a cartórios; (4) que o reclamante não comprovou a regularidade de sua inscrição como advogado no curso de todo o contrato. Todavia, a prova oral demonstrou que o



"[...] TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADA. EMPRESA PÚBLICA. AUXÍLIO NO TRATAMENTO DE SAÚDE DE GENITOR IDOSO. DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E À SAÚDE. DESPROVIMENTO. O pleito de transferência da reclamante para auxiliar no tratamento de saúde de genitor idoso está amparado diretamente nos direitos fundamentais de proteção à família e à saúde (artigos 226, 229 e 230 da CF/88), bem como no Estatuto do

tarefas desempenhadas pelo reclamante, pelo cotejo probatório, em especial da prova oral, não se amoldava com a de um advogado, em especial por (1) não atuar

reclamante confeccionava contratos e pareceres jurídicos.

humana (art. 1°. III da CF/88), que também norteiam a Administração Pública. Assim, o pedido da autora deriva diretamente dos direitos fundamentais assegurados pela própria Constituição Federal que se sobrepõem hierarquicamente sobre qualquer norma empresarial interna. Precedente da e. 4ª Turma: RORSum 0000111-

Walter Paro, publicado no DEJT de 16/02/2024). (ROT - 0010559-08.2024.5.18.0015, Relator: Desembargador Elvecio Moura dos Santos, 3ª Turma, Publicada a intimação em 23/10/2024) SUB-ROGAÇÃO DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA. PRODUTO DA ARREMATAÇÃO INSUFICIENTE. IMPOSSIBILIDADE. Nos termos do art. 186 do CTN, 83 da Lei 11.101-2005 e 449, § 1º, da CLT, o crédito trabalhista prefere a qualquer outro, inclusive em relação ao de natureza tributária. Logo, em se tratando de crédito de natureza diversa, não há que falar em concurso de credores, devendo ser observado o crédito trabalhista, que goza, conforme dito alhures, de privilégio legal. É dizer: com a arrematação, primeiro há a satisfação do crédito trabalhista e depois a satisfação do crédito tributário, que é abatido do preço pago, desde que ainda disponível algum valor para essa finalidade. No presente caso, não há como sub-rogar a dívida tributária sobre valor que não existe, pois o produto da arrematação não será suficiente para cobrir todo o passivo trabalhista, impondo-se a adoção da regra de vinculação da dívida à pessoa do sujeito, em relação ao qual se verificou o fato gerador do lançamento tributário. (AP-0010027-37.2019.5.18.0006, Relator: Desembargador Welington Luis Peixoto, 1ª Turma, Publicado o acórdão em 04/11/2024)

Idoso (Lei n. 10.741/2003, 1°, 2°, 3°, 4°, § 1°) e, ainda, nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade (art. 2° da Lei n. 9.784/1999) e promoção da dignidade da pessoa

48.2021.5.08.0018, Relator: Georgenor de Sousa Franco Filho. Recurso desprovido".

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI 13.467/2017. TRABALHO EXTERNO. PROPAGANDISTA. 1. No caso, consta do acórdão regional que havia comunicação do empregador com a reclamante por meio

do ipad, acompanhamento do supervisor em algumas visitas, existência de registro de "agenda/roteiro/



itinerário de visitação; da obrigatoriedade de lançamento das visitas; da necessidade de sincronização para envio de informações; da utilização de aparelho eletrônico equipado com programas de lançamento de visitas. 2. Entretanto, o e. Tribunal Regional, propagandista da empresa farmacêutica, concluiu que a reclamante desempenhou atividade externa incompatível com o controle de jornada. 2. Aparente violação do art. 62, I, da CLT, nos moldes do art. 896 da CLT, a ensejar o provimento do agravo de instrumento, nos termos do artigo 3º da Resolução Administrativa nº 928/2003. Agravo de instrumento conhecido e provido. III - RECURSO DE REVISTA. TRABALHO EXTERNO. PROPAGANDISTA. CONTROLE DA JORNADA. POSSIBILIDADE. 1. Nos termos do art. 62, I, da CLT, os empregados que desenvolvem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho não fazem jus às horas extras. 2. Todavia, o fato de o empregado prestar serviços de forma externa, por si só, não enseja o seu enquadramento na exceção contida no referido dispositivo consolidado. Relevante, para tanto, é que exista incompatibilidade entre a natureza da atividade exercida pelo empregado e a fixação do seu horário de trabalho, o que não ocorre no caso dos autos, visto que, conforme registrado no acórdão regional, havia comunicação do empregador com a reclamante por meio do ipad, acompanhamento do supervisor em algumas visitas, existência de registro de "agenda/roteiro/itinerário de visitação; da obrigatoriedade de lançamento das visitas; da necessidade de sincronização para envio de informações; da utilização de aparelho eletrônico equipado com programas de lançamento de visitas. 3. Nesse contexto, diante do quadro fático descrito no acórdão regional, constatase a possibilidade de controle da jornada, a afastar o enquadramento nas disposições do art. 62, I, da CLT. Recurso de revista conhecido e provido"

(AIRO-0010563-57.2023.5.18.0281, Relator: Desembargador Marcelo Nogueira Pedra, 3ª Turma, Publicada a intimação em 07/11/2024)

O Informativo de Precedentes e Jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região é elaborado pela Coordenadoria de **Tribunal Regional do Trabalho** 18ª Região | Goiás Precedentes e Jurisprudência (CPJUR). Telefones: (62) 3222-5107 e (62) 3222-5383. E-mail: precedentes@trt18.jus.br.

13-09-2019, transitado em julgado em 15/10/2024) IRR 25 - IncJulgRREmbRep - 20958-64.2019.5.04.0661 (TST) Descrição do Tema: Em quais hipóteses é válida a transmudação do regime jurídico, de celetista para estatutário, de empregado admitido sem concurso público pela Administração Pública antes da promulgação da Constituição Federal de 1998, e quais as repercussões jurídicas daí advindas

**PRECEDENTES** 

RG 725/ STF - Trânsito em julgado

**IRR 26 (TST)** Descrição do Tema: 1) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face de empresa em recuperação judicial, prosseguindo com a execução em face do seu sócio? 2) Essa competência remanesce após as alterações

**IRR 27 (TST)** 

inerentes aos integrantes da categoria que representam? 2.A legitimidade ativa sindical se verifica mesmo na hipótese de demanda relativa a um único substituído? 3. Os sindicatos são legitimados para a propositura de Ação Civil Pública, nos termos da Lei nº 7.347/85? Que direitos exemplificativamente -, são tuteláveis mediante substituição processual sindical em Ação Coletiva ou Ação Civil Pública?

IRR 28 (TST)

Situação: Tema afetado. Aguardando distribuição.

O autor é beneficiário de plano de saúde denominado "SAÚDE CAIXA", que é administrado pela ré, empregadora de seu genitor. O plano "SAÚDE CAIXA" é regido pelo normativo interno da CAIXA e é previsto em ACT. Esta Justiça do Trabalho é competente para julgar a demanda, de acordo

é a prevista no Código Civil, no artigo 206, parágrafo 3°, V, que prevê o prazo de três anos. Logo, não há prescrição a ser pronunciada, na medida em que a ação foi

(AIRO-0010310-15.2023.5.18.0008, Relator: Desembargador Gentil Pio de Oliveira, 1ª Turma, Publicado o acórdão em 06/11/2024)

deficiência ou reabilitado, condicionando a validade da dispensa à obrigação de comprovar a contratação de outro empregado em condição semelhante. Tal medida visa assegurar a manutenção do percentual mínimo de vagas destinadas a PCDs e, assim, preservar o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho. Dessa forma, é da reclamada o ônus de demonstrar que, no momento da dispensa do empregado, contratou outro nas mesmas condições ou manteve seu quadro de empregados conforme exigido pela lei. Não se desincumbindo a reclamada de seu encargo probatório, presume-se discriminatória a dispensa. Havendo prova do ilícito

(ROT-0011826-86.2017.5.18.0006, Relatora: Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque, 2ª Turma, Publicado o acórdão em 21/10/2024)

(TRT 8ª Região, ROT-0000568-18.2023.5.08.0210; Recorrente: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; Recorrida: Lorena dos Santos Feitosa; Relator Desor.

CONTROLE DA JORNADA. POSSIBILIDADE.